

Técnicos prevêm novo choque em julho

OTÁVIO VERÍSSIMO

O retorno ao patamar inflacionário anterior ao Plano Verão é uma questão de tempo, na opinião de técnicos da área econômica do Governo, que já admitem a necessidade de um novo choque em meados de julho para manter a inflação sob controle até a eleição de 15 de novembro. Para eles, o Plano Verão não resolveu o problema fiscal e, por isto, as antigas questões de administração econômica voltam a ser examinadas agora, com o agravante de que o déficit público poderá quase dobrar, em relação a 1988.

"A política monetária esgotou sua eficácia, pois não conseguiu reverter a expectativa de inflação crescente, como ficou demonstrado pelo estouro das metas de contenção da base monetária e pelo aumento de preços dos ativos reais e especulativos", comentam. "O descrédito na efetividade da política econômica se tornou evidente, de maneira mais dramática, com a elevação do dólar no

mercado paralelo".

Esses técnicos argumentam que, apesar da política de taxas de juros elevadas, a liquidez continua alta, superando em muito as metas da programação monetária e realimentando as expectativas de inflação crescente. "A base monetária, medida pela média dos saldos diários, apresentou crescimento de 26,6 por cento em fevereiro e 12,7 por cento em março, acima, portanto, da inflação", comparam. "E os resultados são mais preocupantes ainda, se tomarmos como indicador de liquidez os meios de pagamento mais títulos federais em poder do público".

Os técnicos argumentam que, embora a execução financeira do Tesouro Nacional tenha mostrado bons resultados até março, em consequência de controles sobre o caixa, a partir de abril essa rubrica deverá contribuir de modo significativo para o crescimento da liquidez.

"O Governo não conseguiu cumprir, já no primeiro trimestre, a regra de só

colocar títulos para cobrir os encargos da dívida mobiliária. Precisou antecipar receita, para cobrir o serviço da dívida externa dos estados, municípios e empresas estatais avalizadas pela União, através da concessão de empréstimos para essas entidades", dizem. "A partir de abril, a regra de só gastar aquilo que se arrecada não poderá ser cumprida, mesmo para outros tipos de despesas.

A queda na receita tributária federal a que se referem os técnicos foi de cerca de 4 por cento no período janeiro-março, em relação ao mesmo período do ano anterior. "Além disso", apontam, "a receita situou-se 20 por cento abaixo do previsto. Essa previsão, na verdade, estava inflada por uma expectativa de aumento da receita equivalente a 1,9 por cento do PIB, por conta de um maior esforço fiscal, que ainda não apresentou resultados".

Com relação às possibilidades de contenção das despesas, os técnicos lembram que elas são muito

estreitas, pois cerca de 92 por cento dessas despesas são imprescindíveis e representam transferências constitucionais, encargos da dívida pública e pagamento de pessoal.

"Assim, levando-se em conta a tendência declinante da receita e a dificuldade de reduzir os gastos de custeio da máquina governamental", percebe-se que alguns dos efeitos do Plano Verão sobre as contas públicas — como a elevação dos encargos da dívida mobiliária, os descasamentos patrimoniais do SFH e do sistema de crédito rural e as defasagens tarifárias — deverão elevar o déficit público para um nível em torno de 7 por cento do PIB, contra uma programação inicial de 2 por cento do PIB", estimam.

Para esses técnicos, a única forma de retardar a edição de um novo choque é através da formulação de uma política antiinflacionária que se sustente, cada vez mais, em três variáveis: câmbio, salários e preços administrados.